



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE

Identificação: GERAL A4

Data: 18/09/2012

# Ministério Público move Ação Civil contra a PMA

Prefeitura de Aracaju deve contratar serviços e garantir cirurgias eletivas a crianças

**Karla Pinheiro**  
Karlapinheiro@correiodesergipe.com

**E**m audiência pública realizada ontem, 17 de setembro, no Ministério Público do Estado (MPE), sobre a falta de assistência a crianças menores de quatro meses que precisam de cirurgias eletivas no Estado, ficou decidido que o município de Aracaju através de Ação Civil terá que contratar prestadores de serviços para garantir o atendimento a essas crianças.

Representantes de unidades de saúde do município de Aracaju que realizam atendimento pediátrico participaram da audiência para expor a situação de cada local. Na capital o Hospital Governador João Alves (HGJAF), Hospital Universitário (HU), Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, Maternidade Santa Izabel e Hospital São José realizam procedimentos cirúrgicos pediátricos, mas apenas o HU e o São José tem convênio com o Município de Aracaju para realizar as

cirurgias eletivas em crianças.

No Hospital João Alves só os casos de urgência e emergência passam por procedimentos cirúrgicos. O hospital possui uma equipe de sete cirurgiões pediátricos, destes, dois profissionais no CADI fazendo o atendimento ambulatorial e acompanhamento das cirurgias pediátricas realizadas na unidade de saúde. Apenas as crianças operadas no HGJAF podem fazer o segundo e terceiro tempo cirúrgico no local. As crianças que vem de outras unidades de saúde precisando de cirurgias eletivas são encaminhadas para o HU ou para o CEMCA.

“O Hospital João Alves só atende casos de urgência e emergências, as crianças que precisam de um procedimento eletivo são encaminhadas para o HU, que tem apenas três cirurgiões, mas há uma fila de espera que varia de três meses a um ano, ou então para o CEMCA que possui dois cirurgiões, mas apenas um opera. A cirurgia é feita no Hospital São José, mas o problema do hospital é porque ele faz a cirurgia, ele tem a enfermaria pediátrica, mas não tem profissional para acompanhar essas crianças operadas, a própria cirurgiã é quem faz o acompanhamento ambulatorial”, explica a promotora de justiça, Euza Missano.

O maior problema são com as crianças menores de quatro meses de idade que precisam de alguma intervenção cirúrgica após a alta médica. Enquanto as crianças estão no hospital ou maternidade, eles recebem toda assistência, mas se esse bebê recebe alta e posteriormente precisa retornar à unidade de saúde para uma outra intervenção cirúrgica, eles não tem amparo do município, ficam perdidos na rede de saúde.

Em situações de gravidade a maternidade Nossa Senhora de Lourdes mantém o bebê e a mãe internados na própria maternidade até acabar todo o tratamento ou mesmo depois da alta médica recebem esse bebê e realizam o procedimento cirúrgico na unidade de saúde. A situação acaba ocupando os leitos de outros pacientes. “Em caso de muita urgência a Nossa Senhora de Lourdes recebe o bebê novamente para não desampará-lo e acaba tirando um leito de um paciente grave de alto risco para fazer o procedimento cirúrgico que deveria na verdade está sendo custeado pelo município de Aracaju”, ressalta Euza Missano.

O Hospital e Maternidade Santa Izabel enviou ofício para o município de Aracaju demonstrando interesse em realizar os procedimentos e solucionar o problema das cirurgias pediátricas eletivas na capital. O Hospital se propôs a realizar 60 cirurgias eletivas por mês em bebês egressos que necessitassem de um segundo ou terceiro tempo cirúrgico. A Secretaria Municipal de Saúde, SMS, apresentou uma contraproposta muito abaixo do apresentado para contrato e a negociação não logrou êxito.

Por conta da gravidade da situação em relação à falta de contrato de prestador para realizar as cirurgias pediátricas eletivas em bebês de até quatro meses, o MPE decidiu ajuizar ação contra o município de Aracaju. “O município de Aracaju foi notificado, mas não compareceu a audiência e o MPE concluiu que será ajuizada uma Ação Civil Pública para garantir a assistência no município de Aracaju a essas crianças, notadamente esses bebês de até quatro meses de idade que numa eventual necessidade de um procedimento eletivo não encontra alternativa”, finaliza a promotora.



**MAIOR PROBLEMA  
SÃO AS CRIANÇAS  
MENORES DE QUATRO  
MESES DE IDADE  
QUE PRECISAM DE  
ALGUMA CIRURGIA**